



Autoridade fora do cargo não tem direito a foro do STF

09/03/2007

A prerrogativa de foro que privilegia ocupante de cargo público acaba no momento em que o agente perde a função. Beneficiar o ex-ocupante do cargo com o foro privilegiado agride um postulado republicano, que repele privilégios e não tolera discriminações.

Este voto do ministro **Celso de Mello** foi acompanhado pela unanimidade do plenário do Supremo Tribunal Federal e deve pôr fim a uma polêmica que se arrasta há anos. Embora o caso em questão envolva matéria penal, sua fundamentação aponta para igual desfecho em casos cíveis, como o que envolve o julgamento do ex-ministro Ronaldo Sardenberg que responde por Ação de Improbidade Administrativa perante a Corte.

O entendimento foi firmado em dois Agravos Regimentais impetrados pelo ex-deputado federal José Janene (PP-PR). Foi o quarto caso examinado nas últimas três semanas com o mesmo resultado.

Para reforçar a tese, Celso de Mello lembrou o cancelamento da Súmula 394, que concedia o privilégio, mas que foi revogada exatamente por transgredir "valor fundamental à própria configuração da idéia republicana, que se orienta pelo vetor axiológico da igualdade", como assentou o ministro em seu voto. Tramita no Congresso uma proposta de Emenda Constitucional que prevê o STF como foro para o julgamento de ações civis públicas de improbidade administrativa.

A defesa de Janene alegou que ele foi aposentado por invalidez por determinação do Congresso. O pedido foi feito pelo ex-deputado, que afirma sofrer de cardiopatia. A solicitação pela aposentadoria teria ocorrido "muito antes da cessação do exercício do mandato popular". Para a defesa, as prerrogativas do mandato ficariam mantidas.

Para Celso de Mello, "não assiste razão ao ora recorrente". O ministro observou que em recentes julgamentos semelhantes, o STF não concedeu foro privilegiado para o ex-deputado

Vittório Mediolli (PV-MG). Na ocasião, entendeu que “cessada a investidura no mandato parlamentar cessa também a competência penal originária no Supremo Tribunal Federal”.

Veja a ementa, o acórdão e o voto

07/03/2007 TRIBUNAL PLENO

AG.REG.NO INQUÉRITO 2.333-7 PARANÁ

RELATOR: MIN. CELSO DE MELLO

AGRAVANTE(S): JOSÉ MOHAMED JANENE

ADVOGADO(A/S): ADOLFO LUIS DE SOUZA GÓIS

ADVOGADO(A/S): MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA

AGRAVADO(A/S): MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

E M E N T A: PRERROGATIVA DE FORO - EXCEPCIONALIDADE - MATÉRIA DE ÍNDOLE CONSTITUCIONAL - INAPLICABILIDADE A EX-OCUPANTES DE CARGOS PÚBLICOS E A EX-TITULARES DE MANDATOS ELETIVOS - CANCELAMENTO DA SÚMULA 394/STF - NÃO-INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA “*PERPETUATIO JURISDICTIONIS*” - POSTULADO REPUBLICANO E JUIZ NATURAL - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO.

- **O postulado republicano** - **que repele** privilégios **e não tolera** discriminações - **impede que prevaleça** a prerrogativa de foro, **perante** o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, **mesmo** que a prática delituosa tenha ocorrido **durante** o período de atividade funcional, **se sobrevier a cessação da investidura** do indiciado, denunciado **ou** réu no cargo, função ou mandato **cuja titularidade** (desde que subsistente) qualifica-se como o **único** fator de legitimação constitucional **apto** a fazer instaurar a competência penal originária da Suprema Corte (**CF**, art. 102, I, “**b**” e “**c**”). **Cancelamento** da Súmula 394/STF (**RTJ** 179/912-913).

- **Nada pode autorizar o desequilíbrio** entre os cidadãos da República. **O reconhecimento** da prerrogativa de foro, **perante** o Supremo Tribunal Federal, nos ilícitos penais comuns, **em favor de ex-ocupantes de cargos públicos ou de ex-titulares de mandatos eletivos transgride**

valor fundamental à **própria** configuração da idéia republicana, **que se orienta** pelo vetor axiológico da igualdade.

- A **prerrogativa de foro** é outorgada, **constitucionalmente**, "*ratione muneris*", a **significar**, portanto, **que é deferida** em razão de cargo **ou** de mandato **ainda titularizado** por aquele que sofre persecução penal instaurada pelo Estado, **sob pena** de tal prerrogativa - **descaracterizando-se** em sua essência mesma - **degradar-se** à condição **de inaceitável** privilégio de caráter pessoal. **Precedentes**.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **acordam** os Ministros do Supremo Tribunal Federal, **em Sessão Plenária**, sob a Presidência da Ministra Ellen Gracie, **na conformidade** da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, **por unanimidade** de votos, **em negar provimento** ao recurso de agravo, **nos termos** do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Marco Aurélio. **Presidiu** o julgamento a Senhora Ministra Ellen Gracie.

Brasília, 07 de março de 2007.

CELSO DE MELLO - RELATOR

07/03/2007 TRIBUNAL PLENO

AG.REG.NO INQUÉRITO 2.333-7 PARANÁ

RELATOR: MIN. CELSO DE MELLO

AGRAVANTE(S): JOSÉ MOHAMED JANENE

ADVOGADO(A/S): ADOLFO LUIS DE SOUZA GÓIS

ADVOGADO(A/S): MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA

AGRAVADO(A/S): MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Relator): Trata-se de recurso de agravo (fls. 4.667/4.670) **que se insurge** contra decisão, por mim proferida, **que reconheceu cessada** a competência penal originária desta Suprema Corte (fls. 4.644/4.645), **em face** de o ora agravante **não mais titularizar** o mandato parlamentar de Deputado Federal.

O ora agravante, **não obstante** a sua presente condição **de ex-congressista**, **insiste na preservação** de sua prerrogativa de foro **perante** o Supremo Tribunal Federal, **apoiando-se**, para tanto, **nos seguintes fundamentos** (fls. 4.667/4.670):

“O agravante está sendo inquisitado a pedido do Ministério Público sob acusação de ter se locupletado, junto a demais, de valores do erário público do Município de Londrina, o tendo feito na qualidade de Deputado Federal, função que exercia até o dia 31.01.2007.

O agravante exerceu, durante três legislaturas, mandato como Deputado Federal pelo Partido Progressista (...).

Esta Augusta Corte, por sua vez, em vista da cessação da investidura parlamentar que rondava o agravante declinou da competência para processar o feito ao juízo de 1ª instância.

Ocorre, no entanto, que a decisão, monocrática, merece reparos, já que contraria o disposto no artigo 84 do Código de Processo Penal Brasileiro, e, ‘in casu’, desenvolve antagonismo com o fato de o recorrente ter se aposentado na qualidade de parlamentar federal, o que faz ainda permanecer competente de forma absoluta a Corte Suprema para o deslinde da questão.

Bom que se diga que no caso em tablado é imputada ao agravante a prática de ter praticado o crime no exercício da função parlamentar, ao sitiar a Prefeitura do Município de Londrina com agentes de sua confiança que, daí, teriam partido para atos de dilapidação do patrimônio da entidade a mando do Deputado.

Frise-se que o posicionamento de mérito do Supremo Tribunal Federal a respeito desta acusação, que já pairou sobre outros Inquéritos semelhantes, foi o de livrar o parlamentar de tão surreal acusação, conforme já determinado nos autos de Inqs. 2140 e 2071.

Portanto, os atos tidos como ilícitos teriam sido praticados antes da cessação da investidura no mandato, o que faz coro ao disposto no artigo 84 do Código de Processo Penal, fazendo por manter a competência do Supremo Tribunal Federal para processamento do inquisitivo independente do término da legislatura.

‘STF: Permanece o foro por prerrogativa de função ainda que cessado o exercício funcional: quanto ao Ministro do Estado: RT 632/346; quanto a Secretário de Estado: RT 626/399. No mesmo sentido, STJ: quanto a deputado; JSTJ 8/343; TJSP: quanto a juiz de direito: RT 601/289; quanto a Promotor de Justiça: RT 554/313’ (In Julio Fabbrini Mirabete, Código de Processo Penal Interpretado, 11^a ed., p. 332)

Outrossim, o que merece destaque é o fato de que o agravante foi aposentado por invalidez por determinação da Casa Legislativa, mediante pedido que por lá lançou – diante da cardiopatia que lhe acomete – muito antes da cessação do exercício do mandato popular.

Assim, mantém as prerrogativas do mandato, inclusive quanto ao foro por prerrogativa de função.

Daí se parte para a conclusão que os efeitos da aposentadoria, **por doença ocorrida** na vigência do mandato, **retroagem** à data da sua propositura pelo próprio mandatário, como ‘in casu’.

Assim sendo, independente do posicionamento adotado pelos Tribunais **quanto** às demais categorias, que se pede incida aqui por analogia, no caso vertente há suas particularidades **quando se destaca** que o agravante, **aposentado** por invalidez, **faz retroagir a si as prerrogativas do mandato** a partir do momento em que requerera o benefício.

Pelos três motivos elencados aqui: vigência do artigo 84 do CPP, **concessão** a juízes e a promotores de Justiça **aposentados** o direito à manutenção da prerrogativa de foro, **o que se requer estenda-se ao agravante por analogia ‘in bonam partem’**, e ainda pelo fato de que **é a partir** da data da reunião dos requisitos indispensáveis à sua concessão, **pede-se o provimento** do presente apelo **a fim** de reformar a decisão monocrática ora guerreada, **a fim**

de não se ver mais declinada a competência ao Juízo de 1º Grau para o processamento do epigrafado, **mantendo-a** aqui nesta Excelsa Corte.” (grifei)

Por não me haver convencido das razões **expostas** pela parte ora agravante, **submeto**, ao E. Plenário desta Suprema Corte, **o presente** recurso de agravo.

É o relatório.

V O T O

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Relator): Não assiste razão à parte ora recorrente, **eis que** a decisão agravada **ajusta-se**, com integral fidelidade, à **diretriz jurisprudencial** que o Supremo Tribunal Federal **firmou** na matéria ora em exame.

Com efeito, Senhores Ministros, **com a cessação da investidura** do ora agravante no mandato parlamentar de Deputado Federal, **deixa de subsistir**, “*ipso facto*”, a **competência originária** do Supremo Tribunal Federal **para prosseguir** na apreciação **deste** procedimento de natureza penal.

Impõe-se reconhecer, por isso mesmo, **que cessou**, “*pleno jure*”, a competência originária **desta** Suprema Corte **para apreciar** a causa penal em referência.

Cumprе assinalar, neste ponto, **que esse entendimento** – que reconhece **não mais subsistir** a competência penal originária do Supremo **ante a cessação superveniente** de determinadas titularidades funcionais **e/ou** eletivas – **traduz** diretriz jurisprudencial **prevalente** nesta Corte **a propósito** de situações **como a que ora se registra** nos presentes autos:

“Não mais subsiste a competência penal originária do Supremo Tribunal Federal (...), **se** (...) **sobrevém a cessação da investidura** do indiciado, denunciado ou réu no cargo, função ou mandato **cujа titularidade** justificava a outorga da prerrogativa de foro ‘*ratione muneris*’, **prevista** no texto constitucional (**CF**, art. 102, I, ‘**b**’ e ‘**c**’).

A prerrogativa de foro perde a sua razão de ser, deixando de incidir e de prevalecer, se aquele contra quem foi instaurada a persecução penal **não mais detém** o ofício público **cujо exercício representava o único fator de legitimação constitucional** da competência penal originária do Supremo Tribunal, **mesmo** que a prática delituosa tenha ocorrido **durante** o período de atividade funcional.”

(Inq 862/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Cabe referir, bem por isso, **consideradas** as razões expostas, **que a jurisprudência** desta Corte (RTJ 121/423, v.g.), **firmada** em situações como a que ora se examina **neste** procedimento penal – **e reiterada** quando já em vigor **a presente** Constituição da República (RTJ 137/570, Rel. Min. CELSO DE MELLO – RTJ 148/349-350, Rel. Min. CELSO DE MELLO) –, **orienta-se no sentido** de que, “**não se encontrando, atualmente, em mandato legislativo federal, não tem, o Supremo Tribunal Federal, competência para julgar o denunciado**” (RTJ 107/15, Rel. Min. ALFREDO BUZAID – grifei).

Cumpre relembrar, ainda, **por necessário**, que o Supremo Tribunal Federal, **no julgamento plenário** da ADI 2.797/DF, **reconheceu a inconstitucionalidade** da Lei nº 10.628/2002 **também no ponto** em que esse diploma legislativo **atribuía** prerrogativa de foro **a ex-ocupantes** de cargos públicos **e a ex-titulares** de mandatos eletivos (**como** o ora agravante), **sendo indiferente**, para esse efeito, que, **contra eles**, já houvesse sido instaurado **ou** estivesse em curso, **quer processo penal** de índole condenatória, **quer** inquérito policial **destinado** a investigar **suposta** prática delituosa (**como sucede** na espécie).

Ao assim decidir, o Supremo Tribunal Federal, **relembrando** antiga lição ministrada por JOÃO BARBALHO (“**Constituição Federal Brasileira**”, p. 303/304, edição fac-similar, 1992, Brasília), **advertiu** que a outorga **meramente** legal **desse tratamento seletivo** a determinados cidadãos **que não mais se achem** no desempenho da função pública – **cujo exercício** lhes assegurava, **em sede processual penal, a prerrogativa de foro** “*ratione muneris*” – **ofende** o princípio republicano, **que traduz** postulado essencial **e** inerente à organização político-constitucional brasileira.

Nada pode autorizar o desequilíbrio entre os cidadãos da República. **Isso significa**, na perspectiva da pretensão recursal **deduzida** pelo **ex-Deputado** Federal José Janene, **que as atribuições constitucionais** do Supremo Tribunal Federal **devem merecer interpretação que impeça a expansão indevida** da competência originária desta Alta Corte, **para que não se transgrida** – com a concessão de prerrogativa de foro **a ex-ocupantes** de cargos públicos **ou a ex-titulares** de mandatos eletivos – **um valor fundamental** à própria configuração da idéia republicana, **que se orienta** pelo vetor axiológico da igualdade, **em ordem a viabilizar**, desse modo, **em relação a quem não mais detém** certas titularidades funcionais no aparelho de Estado, **a aplicação ordinária** do postulado do juiz natural, **cujas importâncias** tem sido enfatizada, **em sucessivas decisões**, por esta Corte Suprema (RTJ 149/962-963 – RTJ 160/1056-1058 – RTJ 169/557 – RTJ 179/378-379, v.g.).

É preciso ter presente que a prerrogativa de foro **é concedida** “*ratione muneris*”, vale dizer, **é deferida** em razão do cargo **ainda titularizado** por aquele que sofre persecução penal instaurada pelo Estado.

Sabemos todos, Senhores Ministros, que o Supremo Tribunal Federal **qualifica-se como juiz natural** dos membros do Congresso Nacional (RTJ 137/570 – RTJ 151/402), **quaisquer** que sejam as infrações penais a eles imputadas (RTJ 33/590), **mesmo que se cuide** de simples ilícitos contravencionais (RTJ 91/423) **ou se trate** de crimes sujeitos à competência **dos ramos especializados** da Justiça da União (RTJ 63/1 – RTJ 166/785-786).

Em consequência dessa particular qualificação, **somente** o Supremo Tribunal Federal, **em sua condição** de juiz natural dos Deputados Federais e Senadores da República, **pode**, validamente, **receber** denúncia **contra** eles formulada, **nas hipóteses** de ilícitos penais comuns (RTJ 180/846-847, Rel. Min. CELSO DE MELLO – RTJ 183/89-90, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.).

É inquestionável que a prerrogativa de foro, **instituída** em nosso sistema constitucional, **tem a sua existência** justificada pela necessidade de preservar-se a dignidade de função e de proteger-se a independência de seu exercício.

Assinale-se, no entanto, que a prerrogativa de foro – **que traduz** matéria de direito estrito – **tem** por destinatários, **unicamente**, aqueles **que se encontrem** “*in officio*”, **não se estendendo**, por isso mesmo, àqueles **que não mais detenham** certas titularidades funcionais no aparelho de Estado.

Na realidade, **insista-se**, a prerrogativa de foro, **tal como prevista na Constituição da República**, acha-se estabelecida “*ratione muneris*”, **destinada a compor** o estatuto jurídico de determinados agentes públicos, **enquanto ostentarem** essa particular condição funcional, **porque** vocacionada, **sempre** nas hipóteses definidas no texto constitucional, a proteger aquele **que está a exercer ou a titularizar** determinada função pública, **não se estendendo**, porém, **por absoluta incompatibilidade** com o princípio republicano, **aos ex-ocupantes** de certos cargos públicos.

É por tal razão que esta Suprema Corte **já se manifestou** no sentido de que, **tratando-se** de determinados **ocupantes** de cargos públicos, **inexiste**, quanto a eles, situação de privilégio de caráter pessoal. **Trata-se**, ao contrário, de uma prerrogativa **de ordem estritamente funcional**, que, **prevista** em sede constitucional, **destina-se a proteger** – **enquanto** derrogação extraordinária dos postulados da igualdade e do juiz natural – **aquele que se acha e que ainda se encontra** no desempenho **de determinado** ofício público.

Na verdade, **o que deve legitimar** o reconhecimento da competência originária do Supremo Tribunal Federal **deve ser**, unicamente, **a atualidade do exercício** do mandato **ou** da titularidade de determinadas funções públicas **que justificam a prerrogativa de foro**. **Nada deve conduzir** à preservação dessa competência originária, **ainda** que mediante invocação da “*perpetuatio jurisdictionis*”, **quando cessado**, como na espécie, **o desempenho funcional** do

cargo **ou** do mandato cuja titularidade **justificava** a aplicação, **sempre excepcional**, da regra constitucional concernente à prerrogativa de foro.

Cabe relembrar, neste ponto, por necessário, **que a Súmula 394** do Supremo Tribunal Federal **foi cancelada** quando do julgamento **do Inq 687-QO/SP**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES (RTJ 179/912-913), **ocasião** em que esta Corte, **fundada** no princípio republicano, **corretamente assinalou** que *“as prerrogativas de foro, pelo privilégio, que, de certa forma, conferem, não devem ser interpretadas ampliativamente, numa Constituição **que pretende tratar igualmente os cidadãos comuns, como o são, também, os ex-exercentes de tais cargos ou mandatos**” (grifei).*

Em suma: a pretensão manifestada nesta sede processual pelo ora recorrente, **que é ex-**Deputado Federal, **além de não possuir** qualquer suporte constitucional de legitimação, **desconsidera**, de modo inaceitável, **um valor fundamental** à própria configuração da idéia republicana, **que se orienta** – como precedentemente enfatizado – pelo vetor axiológico da igualdade.

Daí a afirmação incontestável de JOÃO BARBALHO (“**Constituição Federal Brasileira**”, p. 303/304, edição fac-similar, 1992, Brasília), **que associa**, à autoridade de seus comentários, a experiência de membro **da primeira** Assembléia Constituinte da República e, **também**, a de Senador da República **e** a de Ministro do Supremo Tribunal Federal:

*“**Não há, perante a lei republicana, grandes nem pequenos, senhores nem vassalos, patrícios nem plebeus, ricos nem pobres, fortes nem fracos, porque a todos irmana e nivela o direito (...).**” (grifei)*

Devo registrar, finalmente, **que pretensão recursal deduzida em contexto idêntico** ao deste processo **foi recusada** pelo E. Plenário **desta** Suprema Corte, quando dos **recentíssimos** julgamentos **do Inq 1.376-AgR/MG, do Inq 2.231-AgR/PR e do Inq 2.281-AgR/MG**, de que fui Relator.

Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, **nego provimento** ao presente recurso de agravo, **mantendo**, em consequência, **por seus próprios fundamentos**, a decisão ora agravada.

É o meu voto.

Fonte: https://conjur.jumps.com.br/2007-mar-09/autoridade_fora_cargo_nao_direito_foro_stf/